

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.700 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2003

Senadores debatem assistência farmacêutica pelo SUS

Com a presença de representantes do governo, laboratórios, pesquisadores e consumidores, a Subcomissão Temporária da Saúde promove hoje, às 18h, a primeira de duas audiências públicas convocadas para discutir formas de aprimorar a assistência farmacêutica prestada à população pelo Sistema Único de Saúde.

PÁGINA 4



Célio Azevedo

Romeu Tuma emocionou-se ao participar da doação de livros editados em braile pelo Senado

Tuma e Heloísa entregam livros em braile na bienal do Rio

PÁGINA 6

Sem acordo, votação de MP é mais uma vez adiada

As lideranças partidárias não chegaram a um consenso a respeito do projeto de lei de conversão da medida provisória sobre a renegociação das dívidas dos municípios, que tranca a pauta de votação do Senado desde a semana passada. Com isso, continuam na fila seis emendas à Constituição, seis projetos da Câmara e um do Senado, além de outras nove MPs.

PÁGINA 2

Controle sobre agências reguladoras está em pauta

Comissão de Justiça deve votar amanhã duas propostas que ampliam a fiscalização sobre as agências reguladoras. Trata-se de projeto de Arthur Virgílio e emenda à Constituição de autoria de Roberto Saturnino.

PÁGINA 3



Célio Azevedo

Além de extensa pauta, Comissão de Justiça ouve amanhã Joaquim Barbosa Gomes, indicado para o STF

Comissões ouvem hoje Ciro Gomes e Gil

PÁGINAS 5 E 6



Roque de Sá

Na Comissão de Educação, o ministro Gilberto Gil fala, a partir das 10h30, sobre os seus planos para a nova política cultural do país

Plenário discute propostas para a reforma política

PÁGINA 8



Para Reginaldo Duarte, regiões menos desenvolvidas devem contar com mais vagas

Reginaldo quer universidades em regiões carentes

A ampliação do número de vagas no ensino público de nível superior nas regiões menos desenvolvidas é o caminho mais promissor para a redução das desigualdades sociais, econômicas e científicas no Brasil, avaliou ontem o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE). Ele elogiou as declarações do ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, em defesa da criação de novas instituições universitárias federais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Reginaldo é autor de projeto que trata da criação da Universidade Federal do Cariri (Sul do Ceará), que tramita na Comissão de Educação. Ideli Salvatti (PT-SC) defende que o Ministério da Educação opine a respeito.

Pavan divulga livro de escritor catarinense

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) destacou o lançamento do livro do economista catarinense Pedro Cascaes Filho, sobre as micro e pequenas empresas no Brasil, que se realizará amanhã no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, na Câmara dos Deputados.

O livro *Prosperidade Reprimida* relata, segundo o senador, o modo com que "a tecnocracia matou o movimento dos micro e pequenos empresários no Brasil".

Falta de acordo impede a votação da MP dos municípios

Pauta do Senado deverá continuar obstruída, impossibilitando o exame de outras nove medidas provisórias, além de PECs e projetos de lei

Os líderes partidários ainda não chegaram a um acordo para a votação do projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que define novo prazo para que os municípios que renegociaram dívidas com a União possam tomar empréstimos junto a instituições financeiras federais e internacionais. Caso não haja acordo, o projeto não deverá ser votado hoje, fazendo com que a pauta do Senado permaneça obstruída, impedindo a votação de outras nove medidas provisórias (MP), além de seis propostas de emenda à Constituição, seis projetos da Câmara, um do Senado e um requerimento de informações.

Uma das medidas provisórias que aguardam deliberação dispõe sobre a organização e estruturação administrativa da Presidência da República e dos ministérios. Outra é a que altera a legislação do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à



Trancamento da pauta do Plenário do Senado também impede que comissões da Casa votem projetos em caráter terminativo

Secretaria da Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Também está em pauta a medida provisória que revoga artigo do Código Civil prevendo compensação de dívidas fiscais e para fiscais. Outra MP trata da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e da Contribuição para

o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), devidas pelas sociedades cooperativas em geral.

Com o trancamento da pauta ficam suspensas também as votações de projetos terminativos nas comissões temáticas do Senado. São terminativas as propostas que, ao serem aprovadas, seguem diretamente para a análise pela Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Tebet homenageia defensores públicos

Ao homenagear os defensores públicos pela passagem do seu dia, comemorado no Brasil em 19 de maio, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ontem aos governos estaduais que compreendam a importância da categoria e atendam a um dos maiores pleitos feitos pelos profissionais dessa área: conseguir autonomia financeira. Ele também fez uma menção especial ao senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), que iniciou sua carreira como defensor público em Campo Grande (MS).

— O defensor público é o agente

político encarregado pela Constituição de prestar assessoria jurídica aos mais necessitados e sacrificados. É ele quem dedica sua vida a defender quem não pode pagar os honorários de advogado — afirmou Ramez Tebet.

O senador destacou que no seu estado, o Mato Grosso do Sul, os defensores públicos realizam mutirões nas comunidades mais carentes, para realizar audiências públicas. Tebet informou que, atualmente, 80% das ações judiciais no estado são ajuizadas pelos defensores públicos.

Presidindo a sessão no momen-



Ramez Tebet pede aos governos estaduais que apoiem autonomia financeira da categoria

to, o senador César Borges (PFL-BA), em nome da Mesa, associou-se às homenagens.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2003

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLV nº 9/03 que reabre prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos e dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 8.989/95.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
11h — Exposição do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, sobre as políticas do governo para o desenvolvimento das regiões brasileiras. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão de Educação
10h30 — Audiência pública com o ministro da Cultura, Gilberto Gil. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h — Comissão de TV a Cabo do Conselho de Comunicação Social. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

16h — Comissão Mista
16h30 — Veto Parcial nº 33/02, apostado ao PLV nº 28/02, (MPV nº 69/02) que dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos.
17h — Veto Parcial nº 36/02, apostado ao PLC nº 108/02, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

18h — Subcomissão Temporária da Saúde. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

18h — Subcomissão Permanente de Segurança Pública. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: aguardando desobstrução

Quinta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: aguardando desobstrução

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

Quinta-feira
10h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Subcomissão discute hoje estratégia contra o crime

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública analisa hoje, a partir das 18h, em reunião extraordinária, ofício do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, sobre a necessidade de tomada de providências para o combate à criminalidade. Na mesma reunião, a subcomissão debate o tema "Tráfico e porte de armas", com base em relatório do senador César Borges (PFL-BA).



Tasso Jereissati sugere encontro entre os três Poderes para discutir questão da violência

O presidente do STF encaminhou ao presidente do Senado, José Sarney, texto que enviou aos governadores dos estados no qual afirma que a segurança pública, dever do Estado, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme prevê a Constituição, que estabelece também o dever das unidades da Federação de garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes.

O ministro destaca, no texto, os assassinatos do juiz coordenador das Execuções Penais em Presidente Prudente (SP), Antônio José Machado Dias, e do juiz da Vara

de Execuções Criminais de Vila Velha (ES), Alexandre Martins de Castro, e afirma ser desnecessário frisar a gravidade desses fatos, que aterrorizam, ainda mais, os cidadãos em geral.

Hoje, a subcomissão examina a matéria a partir de relatório do seu presidente, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ele conclui por levar ao presidente do Senado a sugestão de promover um encontro entre autoridades dos três Poderes, "no intuito de estabelecer os princípios dessa atuação integrada e harmônica no que se refere à gravíssima situação da segurança pública".

Lobão quer aumentar rigor contra a exploração sexual

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou projeto de lei que altera o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente com o objetivo de "desestimular a prostituição e a exploração sexual no Brasil, principalmente as praticadas contra crianças e adolescentes".

Lobão propõe o fim da ação penal privada quando os chamados "crimes contra os costumes", de natureza sexual, tiverem como vítimas crianças e adolescentes, e, como autores, seus parentes ou pessoas próximas à família, como cunhado ou companheiro do pai ou da mãe. Assim, o Ministério Público poderá ser o autor da ação penal pública. Hoje a prerrogativa da ação pública só se aplica a crimes cometidos pelo pai, padrasto, tutor ou curador ou quando a violência resultar em lesão corporal grave.

"Há situações em que as autoridades tomam conhecimento da violência, mas nada podem fazer ao depararem com a negativa dos pais em representar contra o abusador, principalmente quando é um parente", argumenta o sena-



Lobão quer combater a prostituição, principalmente entre crianças e adolescentes

dor na justificativa da proposta.

Outra alteração no Código Penal é a exclusão do limite de idade para os crimes de corrupção de menores e lenocínio (exploração da prostituição). Atualmente, essas infrações prevêm pena apenas quando o menor tem mais de 14 anos e menos de 18, mas é bastante comum a corrupção de pessoas com menos de 12 anos.

O senador quer também a criminalização da conduta dos clientes do mercado da prostituição. Além disso, defende ainda a aplicação da "presunção da inocência" nos casos de comercialização ou exploração sexual contra menores já iniciados sexualmente.

CCJ analisa maior controle sobre agências reguladoras

Proposições de Arthur Virgílio e Roberto Saturnino deverão ser votadas na reunião marcada para amanhã

Duas proposições que aumentam o controle sobre as agências reguladoras deverão ser votadas amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ): um projeto de lei do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), relatado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), e uma proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), com relatoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Os pareceres são favoráveis à aprovação das propostas.

O projeto de Virgílio institui a fiscalização e o controle externos das agências reguladoras, a serem exercidos por uma comissão mista de deputados e senadores. Em sua justificativa, o senador amazonense esclarece que os dirigentes das agências não estão submetidos aos ministros, os únicos que têm, conforme a Constituição, obrigação de comparecer perante o Legislativo para prestar esclarecimentos.

A PEC de autoria do senador



Jefferson Péres relata projeto da Câmara alterando o Código de Trânsito Brasileiro

Roberto Saturnino altera o artigo 50 da Constituição, permitindo ao Congresso convocar os dirigentes máximos das agências reguladoras federais e o encaminhamento de requerimento de informações a tais autoridades. Para o senador, a alteração é necessária porque "essas entidades detêm amplas competências, alta autonomia e não estão obrigadas à permanente prestação de contas".

Também amanhã a CCJ irá sa-

batinar o procurador da República no Rio de Janeiro Joaquim Benedito Barbosa Gomes, indicado para o Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mineiro, 48 anos, Barbosa Gomes graduou-se na Universidade de Brasília (UnB), tem mestrado em Direito Constitucional, Administrativo e Público Comparado na Universidade de Paris-II e doutorado em Direito Público pela mesma instituição. É membro do Ministério Público Federal desde 1984 e professor universitário.

A pauta da CCJ prevê também a votação de outros 17 itens. Entre as proposições que não tramitam em caráter terminativo, três – todas provenientes da Câmara – alteram o Código de Trânsito Brasileiro. A primeira recebeu substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que permite ao motorista de ônibus ou caminhão recorrer com efeito suspensivo de multa aplicada por radar eletrônico.

Autonomia evita pressões políticas

Os órgãos reguladores surgiram no Brasil a partir de 1996, oriundos da reforma administrativa empreendida pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Criados como "autarquias especiais", são responsáveis pelo controle dos serviços de caráter público (como telefonia e distribuição de eletricidade) feitos por empresas priva-

das e estatais. Um dos papéis mais importantes dessas agências é a fixação das tarifas cobradas dos consumidores.

O Brasil possui oito desses órgãos, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a primeira a ser criada. As fontes de receita são o Orçamento da União e, principalmente, a cobrança de taxas. Para evitar pressões políticas,

as agências possuem autonomia administrativa e financeira.

Essa autonomia permite que as autarquias definam as normas operacionais dos setores em que atuam. Por exemplo, cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabelecer o controle sanitário da produção e da comercialização de remédios no país.

Investigação sobre remessa de dólares mobiliza a CFC

A atual situação das investigações das remessas ilegais de divisas ao exterior via contas CC-5 da agência do Banco do Estado do Paraná (Banestado) de Nova York será o tema de audiência pública a ser promovida amanhã, a partir das 11h30, pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Foram convidados a participar da audiência o delegado da Polícia Federal José Francisco de Castilho Neto e o perito federal Renato Barbosa.

O convite partiu de requerimento apresentado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que já havia solicitado a realização de duas outras audiências públicas para tratar do mesmo assunto. Em reunião na quinta-feira passada, a senadora pediu ainda o comparecimento de João Marques Brandão Neto, procurador da República em Blumenau (SC), que investiga remessas ilegais de dólares feitas por outros meios que não as contas CC-5.

Para Ideli, o esquema que vem



Ideli está convicta de que o esquema das contas CC-5 que vem sendo descoberto é ilegal

sendo descoberto por essas investigações só pode ser ilegal. Se o dinheiro fosse legal, ponderou, não seria necessário um esquema envolvendo doleiros, "laranjas" e contas CC-5 de diversos bancos.

Assistência farmacêutica do SUS gera debate no Senado

Objetivo de audiência pública que será realizada hoje é subsidiar trabalho dos senadores com vistas ao aprimoramento do serviço

A Subcomissão Temporária da Saúde realiza hoje, a partir das 18h, a primeira das duas audiências públicas convocadas para subsidiar o trabalho dos senadores com vistas ao aprimoramento da assistência farmacêutica prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). As reuniões terão a presença de representantes do governo, farmacêuticos, prescritores, indústria de medicamentos e usuários, além de especialistas do setor.

Deverão participar do primeiro debate o diretor de Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Norberto Rech; o fundador do Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamentos (Idum), Antônio Barbosa; o presidente da Federa-



Discussão é promovida pela Subcomissão da Saúde, presidida por Papaléo Paes

ção Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma), Ciro Mortella; a diretora do Instituto de Tecnologia em Fármacos Farmanguinhos (Fiocruz), Núbia Boechat; a pesquisadora do Insti-

tuto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Margô Gomes de Oliveira Karnikowski; e o consultor nacional de Políticas de Saúde da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) Mozart de Abreu e Lima.

A outra audiência pública da subcomissão, presidida pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP) e vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já está agendada para o dia 27 de maio. Dentre os expositores convidados estão representantes dos Conselhos Nacionais de Secretários Estaduais (Conass) e Municipais (Conasems) de Saúde; da Associação Médica Brasileira (AMB); da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) e do Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (Lafepe).

Capiberibe defende queda de juros para a retomada do crescimento

Na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que se realiza hoje e amanhã, o senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a redução da taxa básica de juros da economia, atualmente de 26,5% ao ano. Na sua opinião, o país precisa retomar o crescimento da produção para fazer a inclusão social prometida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para isso, considerou, é fundamental a queda dos juros.

Capiberibe disse que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil está esgotado e chamou a atenção para a gravidade da crise social e o espaço estreito que o presidente Lula tem na gestão do Orçamento da União.

— O governo só pode dispor de 12,5% do Orçamento federal. E política é feita por meio do orçamento público — salientou.

O senador mostrou, repartindo uma folha de papel, que a maior parte dos recursos federais é destinada ao serviço e amortização da dívida pública, uma outra parte está comprometida com pagamento de pessoal ativo e inativo, e ainda existe o compromisso com o Fundo Monetário Internacional

(FMI) de obter saldo positivo nas contas do governo, depois de excluído o pagamento de juros e da parcela a amortizar anualmente (superávit primário).

Capiberibe lembrou que o modelo atual é intensivo no uso de recursos naturais e sugeriu que o país mude seu planejamento, colocando como questão central o meio ambiente, e conheça de perto a experiência que vem sendo desenvolvida em algumas regiões da Amazônia. Citou “experiências bem sucedidas” do Amapá, que construiu um modelo sustentável que respeita a natureza.

ESCOLA-BOSQUE

Uma dessas experiências, segundo ele, é a escola-bosque do Arquipélago do Baiiri, na Foz do Amazonas, que já foi premiada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Capiberibe lamentou que iniciativa tão importante como a da escola socioambiental esteja ameaçada com as mudanças de orientação que ocorreram no atual governo.

O conselho comunitário, que segundo o senador era parceiro nas decisões com o governo, foi



Na opinião de João Capiberibe, modelo econômico adotado pelo Brasil está esgotado

substituído por uma cooperativa. Além de estar sob comando único, considerado muito estranho pelo parlamentar, a cooperativa decidiu reduzir o salário dos professores pela metade, provocando evasão dos docentes especialistas e com formação ambiental que foram contratados de outros estados.

— A escola está parada pela falta de professores — denunciou, acrescentando que está encaminhando requerimento ao ministro da Educação, Cristovam Buarque, para que o governo federal estude essa experiência antes que haja o encerramento das atividades daquela instituição.

Idoso poderá ter redução no preço da passagem aérea

Nas viagens interestaduais, os maiores de 65 anos poderão ter desconto de 50% nos valores das passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias e marítimas. É o que determina substitutivo do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que será examinado nesta quinta-feira, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O objetivo da proposta é fazer com que os idosos sejam estimulados a viajar. Tebet acredita que a redução das tarifas faria com que a população de terceira idade passasse a ter novo ânimo para conhecer o país. Além dos idosos, observou, teriam a ganhar com a medida as empresas de transporte de passageiros, hotéis e pousadas, que, como notou, chegam a amargar prejuízos nos meses da chamada baixa temporada.



Projeto em exame na CAS recebeu substitutivo do relator, Sérgio Cabral

Na mesma reunião, a CAS deve votar projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que proíbe a atribuição de destaque às declarações de qualidade e de características nutritivas nas embalagens e na publicidade de alimentos. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) é favorável à aprovação do projeto.

Consta da pauta, ainda, projeto do senador licenciado Maguito Vilela que estende aos beneficiários do seguro-desemprego a concessão do vale-transporte, bem como projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a declaração de óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.

Na quinta, a CAS deve escolher seu novo presidente. Semana passada, Romero Jucá (RR) pediu afastamento do cargo, por ter se desligado do PSDB e ingressado no PMDB.

Paim aplaude programa de incentivo a primeiro emprego

O anúncio feito ontem pelo ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, do Programa Primeiro Emprego, de incentivo à contratação de jovens pelas empresas, foi elogiado, em discurso, pelo senador Paulo Paim (PT-RS). A proposta, que ainda não foi detalhada, deve conceder benefícios fiscais a empresas que contratarem jovens sem experiência no mercado de trabalho, sem que isso represente a dispensa de outros trabalhadores.

— Todo ano, cerca de 2 milhões de jovens entram no mercado de trabalho sem experiência. A proposta é que se conceda uma série de incentivos aos empregadores que os contratem. O sistema já é adotado pela Xerox, Kodak, Colgate e BankBoston — afirmou o senador, salientando que a proposta terá incentivos especiais para a contratação entre setores socialmente discriminados: negros, mulheres e portadores de deficiência.

Paim se mostrou otimista quanto à aceitação do programa entre



Paulo Paim anunciou intenção de alterar projeto para beneficiar também pessoas com mais idade

os demais setores do governo, já que o Orçamento da União terá que destinar recursos para o programa. Ele disse ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está empolgado com a iniciativa.

O senador também anunciou que vai apresentar emenda ao projeto, para incluir pessoas com mais de 45 ou 50 anos de idade. Lembrou que essa parcela da população encontra muitas dificuldades de conseguir emprego, exatamente no momento de maior potencial para desenvolver o trabalho.

Ciro expõe políticas de desenvolvimento regional

Ministro da Integração Nacional participa hoje de audiência pública promovida pela CAE. Requerimento é de César Borges, que deseja conhecer os planos do governo para o crescimento sustentável das regiões brasileiras

Piauí pode ser solução para a fome, afirma Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) questionou ontem a opção feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de visitar o município de Balsas, no Maranhão, considerado como pólo de desenvolvimento por ter ampliado a produção de soja de 400 mil toneladas para 900 mil toneladas. Ele observou que o Piauí deveria ter sido o escolhido para a visita, já que conseguiu, de 1994 para cá, incrementar a produção de soja de 10 mil toneladas para 400 mil toneladas.

Na avaliação de Mão Santa, o Piauí não deve ser considerado como um problema, mas sim como a solução para o problema da fome no Brasil. Ele comentou que o estado dispõe de 11 milhões de hectares de cerrado em planície, terras consideradas de ótima qualidade para a agricultura. O senador também destacou a localização estratégica da região, no Meio-Norte do país.

— O cerrado piauiense é privilegiado por localizar-se entre as regiões Centro-Oeste e Nordeste, sendo ali a última faixa de alto potencial produtivo, decorrente dos ricos solos e índices pluviométricos acima de 1.200 milímetros de chuva por ano, em paralelo ao semi-árido, o que nos credencia a ser em breve o maior celeiro de grãos de todo o Nordeste, viabilizando o incremento de outras áreas, como, por exemplo, a produção animal — afirmou Mão Santa.

A maior proximidade do Piauí, dentre os produtores de soja, com



Mão Santa prevê que Piauí deve se tornar "o maior celeiro de grãos de todo o Nordeste"

os Estados Unidos e a Europa também foi destacada pelo senador. Ele informou que a soja produzida nos demais estados é exportada pelos portos de São Paulo, Paraná ou Santa Catarina, o que termina por encarecer o produto. Segundo estudo feito pela Companhia Vale do Rio Doce, o custo da exportação do grão de soja pelo porto de São Luís, no Maranhão, para Roterdã, na Holanda, é de US\$ 34 a tonelada. Pelos portos de Paranaíba, São Paulo, Santos ou Santa Catarina, sai a US\$ 63 a tonelada, comparou.

Ao final do pronunciamento, Mão Santa pediu ao presidente Lula a conclusão de duas estradas incluídas no Plano Plurianual (PPA). A primeira delas é a BR-135, que liga os municípios de Bom Jesus a Gilbués e segue até Santa Filomena, na divisa com o Maranhão. A outra estrada solicitada pelo senador é a que vai de Bom Jesus a Ribeiro Gonçalves.

As políticas traçadas pelo governo federal para o desenvolvimento regional, com ênfase nas diretrizes para a Região Nordeste, serão tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), hoje, às 11h, com a presença do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. O comparecimento do ministro foi solicitado pelo senador César Borges (PFL-BA).

O senador argumenta que o debate se tornou oportuno em função de recentes declarações de Ciro Gomes em favor do fortalecimento das agências de desenvolvimento regional.

— Torna-se imprescindível a realização da audiência, a fim de que se tenha melhor noção dos planos do novo governo para o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras, especialmente as menos favorecidas — afirma.

Extintas em 2001, as superinten-



Ciro Gomes deve apresentar à CAE as políticas do governo para o desenvolvimento regional

dências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) foram substituídas pelas agências de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e da Amazônia (ADA).

PROJETOS

Antes da audiência, a CAE deverá proceder à análise de projetos. Mas, dos oito itens em pauta,

Simon defende fortalecimento da Varig

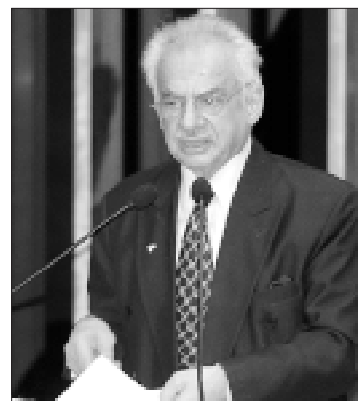
O fortalecimento da Varig e a revisão da atual política para o setor de aviação comercial no Brasil foram defendidos ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele pediu que o governo reflita sobre a questão tributária, que distorce a capacidade de concorrência da empresa no plano internacional. Enquanto no Brasil o setor de aviação paga 36% em tributos, na Europa a carga é de cerca de 16% e nos Estados Unidos, de apenas 7%, frisou.

O senador leu carta endereçada ao presidente Lula, elaborada no dia 12 por vários ex-governadores do Rio Grande do Sul, em reunião "histórica" com o atual governador, Germano Rigotto, pedindo a preserva-

ção e o fortalecimento da Varig.

Simon resumiu a história da empresa, sua importância para a aviação brasileira e internacional, e citou algumas providências tomadas para enfrentar a crise, como a redução do quadro de pessoal de 15 mil para 12 mil empregados a partir de 1993. Ele localizou o início da crise da Varig no governo Collor, que abriu as linhas internacionais para outras empresas e estimulou a atuação de companhias estrangeiras. A avaliação foi compartilhada pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

As negociações para a fusão com a TAM, segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), não podem acarretar prejuízo para a Varig. Ele disse



Simon leu carta endereçada a Lula por Germano Rigotto e ex-governadores gaúchos

acreditar no empenho do governo por uma solução satisfatória para as duas empresas.

Jucá elogia gestão do FNO pelo Banco da Amazônia

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou a atuação do Banco da Amazônia na gerência do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). O banco apresentou, há pouco tempo, o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional do Norte, de 2003 a 2005. Segundo Jucá, trata-se de um plano fundamentado em intenso processo de reajuste, fruto da iniciativa da Gerência de Estudos Econômicos e Relações In-

ternacionais (Gerin) da instituição.

Em decorrência, nos próximos três anos, os estados do Norte poderão contar com 13 programas de financiamento de diferentes atividades produtivas de cada setor econômico regional. De acordo com o senador, o Tesouro Nacional deve repassar R\$ 1,6 bilhão para os projetos ligados ao fundo. Desse montante, o estado de Roraima deve receber, já em 2003, R\$ 60 milhões.

Jucá disse que há a expectativa

de os programas ligados ao fundo poderem aumentar o valor agregado bruto regional, a arrecadação de tributos e as oportunidades de emprego. Espera-se, ainda, segundo o senador, reduzir o êxodo rural, introduzir tecnologias de produção mais eficazes e internalizar a renda. Além disso, busca-se, com o plano, a auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos regionais.

Na opinião de Jucá, os programas de financiamento também devem

evar a renda dos consumidores, pela redução dos preços relativos dos produtos da região. Com isso, o padrão alimentar da população poderá, ainda, ser melhorado.

— O merecidamente elogiado desempenho do Banco da Amazônia na gerência dos investimentos do FNO tem lastro na experiência de mais de uma década e caracteriza-se como contribuição de relevo para o êxito do processo de desenvolvimento de nossa região — afirmou.



Romero Jucá destaca contribuição do banco para o desenvolvimento da região

Gilberto Gil debate hoje nova política cultural

Ministro será ouvido a partir das 10h30 em audiência pública promovida pela Comissão de Educação. Antes, a CE realiza reunião para apreciar pauta que inclui a discussão de critérios para concessão de emissoras de rádio e TV

A definição da nova política cultural do país é tema de audiência pública que a Comissão de Educação (CE) promoverá hoje, a partir das 10h30, com a participação do ministro da Cultura, Gilberto Gil. O requerimento solicitando a presença do ministro é de autoria dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Hélio Costa (PMDB-MG).

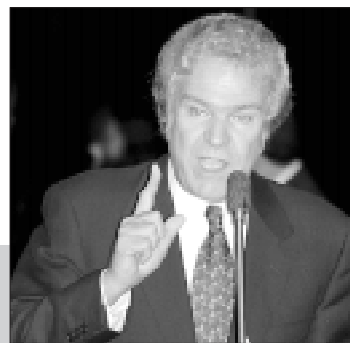
Antes da audiência com Gilberto Gil, porém, a comissão realizará reunião, quando apreciará pauta com quatro itens, entre os quais se inclui projeto do ex-se-

nador Ricardo Santos que dispõe sobre critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessões e permissões e de autorização para a exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A proposta revoga resolução do Senado que disciplina a matéria e recebeu substitutivo do senador Gerson Camata (PMDB-ES). Depois da CE, a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão Diretora do Senado.



Osmar Dias e Hélio Costa são autores do requerimento solicitando a presença do ministro da Cultura

Também consta da pauta o projeto que institui o ano de 2003



como Ano Nacional Cândido Portinari e a proposta que dis-

põe sobre o Dia Nacional do Idoso. A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), relatora do primeiro projeto, acolheu com emendas a proposta. A segunda proposição recebeu parecer favorável do senador Aelton Freitas (PL-MG). A CE também deverá discutir substitutivo de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a projeto da Câmara que trata da disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior nas TVs por assinatura.

Tuma e Heloísa entregam obras em braile no Rio

Representantes de instituições de deficientes visuais do Rio de Janeiro receberam ontem, das mãos dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Heloísa Helena (PT-AL), publicações em braile do Senado Federal no estande da Casa na 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro.

O evento teve momentos que emocionaram os senadores e demais presentes, sensibilizados pela iniciativa da instituição de



Heloísa Helena (C), acompanhada da estudante Fabrícia Barbosa, e Romeu Tuma se emocionaram no evento

possibilitar aos cegos o acesso a textos importantes para a cidadania, como o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Doação de Órgãos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as Constituições federal e do estado do Rio de Janeiro.

Com a voz embargada, Tuma, que falou em nome do presidente do Senado, José Sarney, reconheceu o trabalho dos servidores do

Senado. “Os diretores e funcionários demonstram que, no Senado, há vida, que a instituição tem um coração. A população precisa saber que a instituição trabalha em benefício de todos. Agradeço a Deus a oportunidade de estar aqui para participar de um momento tão glorificante”, declarou Tuma.

Heloísa Helena ressaltou o esforço da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) em promover as edições em braile

e agradeceu “a todos os servidores que contribuem para isso”. Ela é autora de proposta para ampliar a capacidade de o Senado editar obras, inclusive literárias e acadêmicas.

A parlamentar, que compareceu ao evento acompanhada da estudante

deficiente visual Fabrícia Barbosa de Omena, a quem amamentou em Alagoas, anunciou ainda que vai propor incentivos para que as editoras, por meio da diminuição de custos, publiquem mais na linguagem especial para deficientes visuais. “O custo não pode ser desculpa para inviabilizar a cidadania”, argumentou, lamentando que apenas o Senado ofereça livros em braile em um evento como a Bienal do Livro, que tem quase

mil expositores.

DIREITOS

A diretora do Instituto Benjamin Constant, de amparo aos cegos, Érica Deslandes Oliveira, disse que as publicações recebidas do Senado são muito importantes para o acervo da instituição. “Os deficientes não podem ser vistos como incapazes. A Casa mostra que está consciente de que todos têm direito à cultura e à vida”, declarou.

— Estamos imensamente gratificados por esse trabalho do Senado — afirmou o presidente da Sociedade Pró-Livro em Braile, Marcus Vinícius.

Estiveram presentes à solenidade o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia; o diretor da Seep e coordenador da Comissão Especial de Feiras de Livros, Júlio Werner Pedrosa; o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Florian Madruga; a diretora da Biblioteca Luiz Viana Filho, Simone Bastos Vieira; e o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg.

Escritores do Legislativo lançam livros na bienal

Por iniciativa do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), escritores que trabalham no Congresso Nacional apresentam seus livros ao público da 11ª Bienal do Livro do Rio de Janeiro.

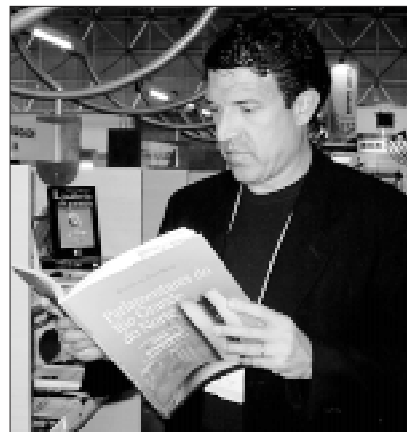
De acordo com o presidente do Sindilegis, Ezequiel Nascimento, a intenção é fazer com que os servidores do Senado, da Câmara e do Tribunal de Contas da União (TCU), com produção literária,

possam difundir o seu trabalho.

— Vários funcionários precisam apenas de suporte logístico para divulgar seus livros. É isso o que estamos oferecendo, por meio da Estante do Escritor do Legislativo, montada no estande da Editora da Universidade de Brasília — afirmou.

Ezequiel explicou que o convênio com a UnB faz parte de iniciativas do sindicato e inclui descontos para os sindicalizados na aquisição de livros.

Entre os escritores do Senado com obras expostas na bienal, estão o diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, autor de *Parlamentares do Rio Grande do Norte: Senadores do Império à República*, o consultor legislativo João Bosco Bonfim, que publicou *Pirenópolis, pedras, janelas, quintais* e *Amador amador*, o taquígrafo e revisor Alan Viggiano, com três livros; e o consultor aposentado José Sinval de Sá, que elaborou biografia de Luiz Gonzaga.



Agaciel da Silva Maia, diretor-geral do Senado, é um dos autores da Casa

José Jorge visita estande do Senado

O senador José Jorge (PFL-PE) visitou o estande do Senado Federal na 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, no último domingo. Acompanhado de sua mulher, Maria do Socorro, ele se disse impressionado com as publicações do Senado e demais atrações oferecidas.

— A participação do Senado é importante, pois modifica a opinião que a população tem da Casa. Geralmente, a mídia divulga assuntos polêmicos e é importante que a população tenha acesso a livros técnicos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Microempresa e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor a preços de custo — salientou o senador.

José Jorge destacou as publicações do Conselho Editorial, que contém textos de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Afonso Arinos e Euclides da Cunha, entre outros. Esses títulos, na opinião do senador, “enriquecem e engrandecem” as estantes de historiadores e profissionais do Direito.

Para José Jorge, a atenção especial dedicada pelo Senado aos deficientes visuais, por meio das publicações em braile, significa o reconhecimento da cidadania a pessoas que em muitas situações enfrentam preconceitos pela deficiência. “O Senado deve participar do maior número possível de eventos literários pelo Brasil”, sugeriu.

Virgílio critica política energética do governo

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, acusou em discurso o governo Lula da Silva de “falta de clareza” em suas decisões na área elétrica, pelas quais empresas do governo voltariam a entrar com toda força no setor. Ele lembrou que há necessidade de R\$ 15 bilhões por ano para expandir o sistema elétrico, mas o orçamento de investimentos da União deste ano, para todas as áreas, só conta com R\$ 7 bilhões.

— De onde tirar esse dinheiro? De recursos públicos, concorrendo com outras prioridades governamentais? De financiamentos externos? Do endividamento público? Dos já penalizados consumidores? Os sinais que emitem são de retorno à farsa e às falsas soluções já experimentadas — observou.

Na avaliação de Arthur Virgílio, “caminha-se para a união do velho empresariado fortalecido na ditadura” e o segmento sindical “encastelado nas estatais”.

Depois de aplaudir os acertos do governo na área de inflação e câmbio, Arthur Virgílio disse que, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo, o modelo elétrico estava falido — só a conta do passado teria sido de R\$ 32 bilhões. A privatização da distribuição energética e o realismo



Para Arthur Virgílio, falta clareza nas decisões do governo no setor energético

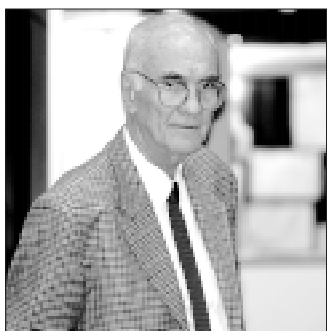
tarifário foram importantes no novo modelo, junto com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Operador Nacional do Sistema (ONS) e do Mercado Atacadista de Energia (MAE).

No entanto, afirmou o senador Arthur Virgílio, tudo isso está sendo deixado de lado pelo novo governo, “sem que se tenha clareza do caminho alternativo que será implantado”. Ele citou nominalmente como responsáveis pela mudança o Ministério de Minas e Energia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ponderou que empresas estatais sempre tiveram sua eficiência ligada “ao desmancho e ao desperdício de recursos públicos”.

Saturnino garante que setor terá investimentos

Em resposta aos pronunciamentos dos senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), César Borges (PFL-BA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), que reclamaram do mau estado das rodovias e da falta de investimento no setor de energia elétrica, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) garantiu que o governo vai retomar os investimentos públicos. Ele disse que entendia “a retórica daqueles que esqueceram o passado de sustentação do governo que legou essa situação ao país”.

Saturnino ressaltou que, mesmo avisado de antemão, o governo Fernando Henrique Cardoso privatizou o setor elétrico, não investiu no setor e não conseguiu evitar “a vergonha do apagão”. Ele lembrou que o estatismo praticado pelo regime militar produziu desenvolvimento econômico “que levou o Brasil a uma posição ímpar no mundo”.



Roberto Saturnino: governo fará investimento público porque não é neoliberal

— O governo Lula vai fazer investimento público sim, porque não é neoliberal. Investimento público é decisivo. Mas não vamos promover desenvolvimento à custa do déficit fiscal. O BNDES já voltou a ser um banco de desenvolvimento e a Petrobras já voltou a construir plataforma no Brasil. Nós todos queremos um projeto novo de desenvolvimento para o Brasil — concluiu Saturnino.

César Borges defende a recuperação das rodovias

Senador baiano cobra providências do governo federal e lembra que pelas estradas trafegam 62% das cargas e 96% dos passageiros no país

O senador César Borges (PFL-BA) solicitou ontem ao governo do presidente Lula da Silva maior empenho na recuperação da malha rodoviária federal, em particular a da Bahia, que, “sabidamente, está em péssimas condições de tráfego”. Ele lembrou que as estradas brasileiras transportam anualmente cerca de 96% de todos os passageiros do país e 62% do volume de cargas, o que corresponde a US\$ 250 bilhões, ou 40% do Produto Interno Bruto (PIB).

— Cerca de 80 mil acidentes anuais continuam deixando mais de 50 mil feridos graves nos leitos das estradas e 12 mil mortos, dos quais mais de 7 mil morreram no local. Lamentavelmente, as políticas públicas deste país têm sido instrumento de agravamento das desigualdades. A Bahia, por exemplo, que tem 8% da malha rodoviária do país, recebeu em média apenas 4% do Orçamento federal destinado à recuperação de rodovias nos últimos anos — afirmou.

Conforme César Borges, são mais de 35 mil quilômetros de estradas em péssimas condições de tráfego em todo o país, sendo que um dos piores quadros é o da



Segundo César Borges, são mais de 35 mil quilômetros de estradas em más condições

Bahia. Citando dados do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT), do início do ano passado, destacou que pelo menos 13 das 15 rodovias federais que passam pela Bahia apresentavam vários problemas graves e foram catalogadas entre as piores do país.

Estudos do Ministério dos Transportes demonstram ainda que serão necessários R\$ 5,4 bilhões para recuperar a malha rodoviária até 2006, observou o senador. Mas as perspectivas, disse ele, são pouco animadoras: dos

R\$ 3,9 bilhões previstos no orçamento, R\$ 2,2 bilhões foram contingenciados no último corte orçamentário efetuado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) solidarizou-se com o orador e apelou ao Ministério dos Transportes pelo estabelecimento de uma prioridade em cada unidade da Federação, mas sem retardar a conservação e recuperação das rodovias. O senador

Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou que, apesar de haver uma divisa com 780 quilômetros entre o Piauí e a Bahia, “não existe uma rodovia de respeito entre os dois estados”.

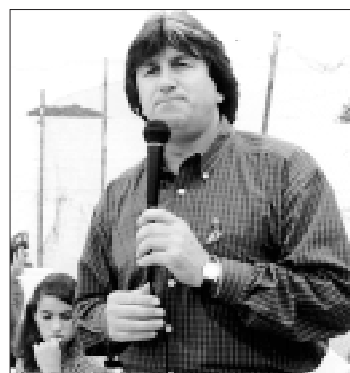
O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) chamou atenção para o fato de que, além dos prejuízos citados, a deterioração das rodovias federais prejudica profundamente as atividades turísticas no país: “Não dá para falar em turismo sem falar em meio ambiente e, principalmente, em estradas”, ressaltou Leonel Pavan.

Pavan vê incoerência na atuação do PT

Reportagens publicadas nos jornais *O Globo* e *Correio Brasileiro* no último fim de semana levaram o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) a proferir discurso chamando atenção para o que ele considera incoerências da prática do PT no governo, em comparação com o discurso do partido quando oposição. Pavan lembrou que importantes líderes petistas atacaram propostas como a taxa de servidores inativos e acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

— Inconstitucional, confiscatória e perversa. Era assim que num passado recente os dirigentes do PT referiam-se à taxa de inativos, hoje considerada um imperativo de responsabilidade e justiça social pelo presidente do PT, José Genoíno — disse o senador.

Leonel Pavan listou declarações



Pavan citou declarações de Lula, nas eleições passadas, contrárias à cobrança dos inativos

do presidente Lula da Silva sobre a reeleição — que, segundo o senador, é uma possibilidade já admitida pelos petistas — e sobre a aposentadoria dos servidores.

“Os servidores públicos de hoje têm razão de brigar, até porque tem uma decisão garantindo a eles o atual sistema de aposentadoria,

então você não pode mexer”, teria dito o presidente, na campanha eleitoral do ano passado.

O senador também confrontou declarações de campanha de Lula sobre o processo de privatização do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), em defesa do retorno da instituição para o controle do poder público, e a respeito dos investimentos necessários em rodovias federais no estado.

— Se alguém do PT não tem coragem para dizer, eu, do PSDB, estou dizendo. Assisti aos seus (do presidente) compromissos. Precisamos de coerência. E o povo tem razão de reclamar — afirmou.

Leonel Pavan também registrou artigo assinado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), com crítica à política de aumento de impostos implementada pelo governo.

Maciel quer votar logo reforma política com fim das coligações

Para senador, proposta pode ser examinada ao mesmo tempo que mudanças previdenciária e tributária e irá fortalecer os partidos, garantindo a governabilidade

O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu da tribuna a votação, ainda neste ano, da reforma político-eleitoral, para acabar com as coligações partidárias e instituir, com punições, a fidelidade partidária. Para ele, a reforma irá fortalecer os partidos e eles são importantes para garantir a governabilidade.

— A reforma política pode muito bem ser votada junto com as reformas previdenciária e tributária. A mudança política se fará por lei comum, não mexendo na Constituição. Por isso, acho que elas podem andar juntas. Se não votarmos a reforma política agora, quando será? — perguntou.

O Senado já votou projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que trata da fidelidade, sem alterar a Constituição. Também já aprovou proposta de José Agripino (PFL-RN) que adota a cláusula de desempenho (chamada pela imprensa de cláusula de barreira), pela qual o partido deve ter um desempenho mínimo nos estados. Os dois projetos encontram-se sob exame dos deputados.

Marco Maciel citou pensadores políticos para sustentar que o sistema eleitoral tende a condicionar os sistemas partidários. Estes, por sua vez, terminam por



Maciel: "Mudança política se fará por lei comum, não mexendo na Constituição"

influenciar a governabilidade. O sistema proporcional, que no Brasil apresenta ao eleitor uma lista aberta de candidatos dos partidos,

na opinião do senador pernambucano, acaba levando a uma "fulanização" dos candidatos, o que enfraquece o sistema partidário e, conseqüentemente, compromete a governabilidade.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) observou que os brasileiros "montaram sua democracia, mas não a governabilidade". Lembrou que existem na Câmara 19 partidos políticos. Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sustentou que o excesso de partidos enfraquece a democracia e leva o Congresso Nacional ao descrédito, inclusive por conta do "troca-troca" de partidos permitido pela infidelidade partidária.

José Jorge pede exame de projetos pelos deputados

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu ontem que a Câmara dos Deputados vote logo os projetos aprovados pelo Senado sobre a reforma política. Ele lamentou que a reforma política não seja priorizada pelo governo, observando que "ela é que vai garantir a governabilidade do país".

— O governo deveria tomar a iniciativa de aprovar a reforma política, pois tem a capacidade de catalisar opiniões, enquanto o Congresso Nacional, devido à quantidade de partidos, tem tendência a se dispersar — disse.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) discordou de José Jorge. Para ele, a reforma política deve ser uma iniciativa do Congresso Nacional e não do governo. Ele defendeu a formulação de um projeto que dê consistência à estrutura política brasileira.

José Jorge listou os quatro projetos aprovados pelo Senado e que estão tramitando na Câmara: o que cria o instituto da fide-



José Jorge cobra votação de projetos já aprovados pelo Senado

lidade partidária; o que proíbe a coligação proporcional; o que institui a cláusula de barreira; e o que permite o financiamento público de campanhas eleitorais. Segundo ele, a proibição de coligação proporcional traria segurança aos candidatos dos grandes partidos, pois os pequenos partidos, hoje, conseguem eleger seus candidatos com menor número de votos.

A fidelidade partidária, para o senador, aumentaria o compromisso do candidato com o partido, enquanto a cláusula de barreira fortaleceria os pequenos partidos e asseguraria sua participação nas eleições. O financiamento público de campanha, na visão de José Jorge, seria muito bom, desde que antes fosse definido o modelo de eleição, por lista ou distrital. Ele alertou para o perigo de retorno ao modelo em que era proibido receber recursos públicos ou privados, mas os candidatos recebiam assim mesmo e não prestavam contas.

Paulo Octávio prioriza a fidelidade partidária

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) pediu ontem que seja votado "em regime de urgência" o projeto que institui a obrigatoriedade da fidelidade partidária. Ele lembrou que apenas nos primeiros dois anos da última legislatura 176 parlamentares trocaram de partido, "prova de que o eleitor já não mais detém o controle de suas escolhas".

— Convenhamos que se trata de uma indecência, uma verdadeira traição, o fato de um eleitor espessar a ideologia de determinado partido, votar em suas proposições e em seu programa, para, logo em seguida, o candidato que ele elegeu simplesmente trocar de sigla — mormente por interesse em vantagens pessoais —, deixando seu eleitorado a ver navios, perdido, confuso, desconfiado, decepcionado e, o que é pior, cada vez mais desacreditado com relação à classe política, o que gera apatia muitas vezes patologicamente irreversível — afirmou.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) observou que a reforma política vem sendo adiada desde o início da redemocratização do Brasil. Para ele, este é o momento ideal para debater e aprovar as alterações na legislação eleitoral, porque no próximo ano haverá elei-



Paulo Octávio: "Reformas políticas ajudam a melhorar a imagem do Brasil"

ções municipais.

— Até no campo econômico, as reformas políticas são necessárias e ajudam a melhorar a imagem do Brasil no exterior — assinalou Marco Maciel.

Paulo Octávio disse que o governo está preocupado em viabilizar as reformas tributária e previdenciária e que cabe ao Congresso Nacional liderar um processo que privilegie as propostas da reforma política paralelamente às demais reformas.

— São propostas que correm o risco de cair no esquecimento, de serem uma vez mais postergadas e desconsideradas, em nome de emergências estruturais de cunho econômico que põem em xeque a governabilidade da administração federal recém-eleita — concluiu.

Mudança deve gerar crescimento, diz Eurípedes

Ao analisar a proposta de reforma tributária encaminhada pelo governo ao Congresso, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) afirmou que é hora de União, estados, municípios e Distrito Federal cederem para que possa ser aprovada reforma que possibilite o crescimento do Brasil. Ele acrescentou que cabe ao Congresso quebrar resistências para aprovar as mudanças que ajudarão o país a melhorar a economia, gerar empregos e tornar-se mais justo.

— Não se trata apenas de uma reforma constitucional, trata-se de delinear um futuro igualitário, humanitário e progressista para a nação brasileira, herdeira de um legado retrógrado e desumano. Hoje o brasileiro convive com pelo menos 60 taxas, contribuições e impostos diferentes. São mais de 3 mil normas tributárias, com 55.767 artigos.

Uma das sugestões apresentadas pelo senador foi desonerar a cesta básica, para fazer com que os produtos consumidos pela classe baixa não encareçam tanto a sua subsistência. Ele defendeu cobrança maior de impostos sobre a renda do que sobre o consumo e também ampliação do número de contribuintes, ao invés do aumento de alíquotas.

Eurípedes Camargo criticou a cobrança de impostos em cascata, que incidem em diversas etapas da produção, como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou-se a favor de que a cobrança previdenciária seja feita com base no faturamento da empresa e não sobre a folha de pagamento. Já Ramez Tebet (PMDB-MS) discordou, lembrando que a mudança na base de cálculo para essa cobrança pode prejudicar empresas com pequeno número de empregados mas com grande faturamento, como as agroindústrias.



Eurípedes Camargo defende cesta básica mais barata

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Luiz Otávio e César Borges